



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCEG

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CPF

UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CRISTINA DA SILVA RODRIGUES

**A INCLUSÃO NA PERSPECTIVA DOS GESTORES E PROFESSORES DE
ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB**

CAJAZEIRAS – PB

2015

CRISTINA DA SILVA RODRIGUES

**A INCLUSÃO NA PERSPECTIVA DOS GESTORES E PROFESSORES DE
ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como exigência parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a. Ms. Nozângela Maria Rolim
Dantas

Data de Aprovação: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Ms. Nozângela Maria Rolim Dantas

Orientadora

Prof.^a. Dr.^a. Zildene Francisca Pereira

Membro Examinador

Prof.^a. Ms. Edinaura Almeida de Araújo

Membro Examinador

Ao meu esposo **Wandro** que com amor e carinho soube me apoiar, harmonizando-me palavras e ações de estímulo e coragem para meu acesso e continuação neste Centro Acadêmico, o que me permitiu desenvolvimento técnico, profissional, pessoal e humano.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A edificação deste trabalho seguramente seria irrealizável para mim sem a força e sabedoria divina e o apoio de alguns professores, amigos e familiares, a quem levo mais uma vez, o meu muito obrigada.

A **Deus** pela dádiva da vida, pela saúde e persistência na conquista de mais uma fase tão extraordinária da minha vida, obrigado por me dirigir em Teus caminhos e por medir forças para prosseguir em todos os meus sonhos.

Ao meu amor **Wandro**, obrigada por entender a minha ausência mesmo quando eu estava por perto.

Á minha família, meu espaço de aconchego, meu ninho de repouso e minha fonte de força. Ao meu irmão **Jefferson** e minhas irmãs **Ana Lúcia, Isabel e Elizabete** que, quando não me davam todas as respostas me faziam ir á procura delas, obrigada por ficarem sempre ao meu lado.

Aos meus pais **Francisca da silva e Antônio Luiz** pela retidão e firmeza com que me mostrou a importância do trabalho pelo amor e carinho que sempre tiveram comigo e por acreditarem em mim.

Em particular, a minha orientadora **Nozângela Dantas**, que com muita paciência e simplicidade soube me dirigir por essas trilhas acadêmicas, meus agradecimentos.

A todos os meus amigos, especialmente aqueles mais próximos que fazem parte da minha convivência, me dando ânimo e confiando sempre no meu potencial. A vocês devo agradecer muito.

Por fim, a todos meu muito obrigada por participarem da minha história.

A **todos**, obrigada.

RESUMO

Este trabalho tem como tema: A Inclusão na Perspectiva dos gestores e professores de escolas públicas da cidade de Cajazeiras-PB. No qual buscou-se compreender de que forma os gestores e professores desenvolvem suas atividades nas escolas públicas municipais da cidade de Cajazeiras/PB com relação as políticas públicas inclusivas no contexto escolar. Para operacionalização do objetivo geral, foram estabelecidos os objetivos específicos: averiguar se a formação dos gestores prepara na perspectiva da Educação Inclusiva, identificar quais são as dificuldades encontradas pelos gestores em trabalhar na escola as políticas públicas da educação inclusiva e averiguar a relação gestor e professor na escola.

A proposta de Inclusão na escola pública surgiu como uma tentativa de investigar e compreender a exclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais que são segregadas do meio social, da família e do desenvolvimento intelectual. Enfim, com esse trabalho almeja-se produzir conhecimentos sobre o processo de gestão que fomentem o surgimento de ações e práticas de Inclusão no contexto escolar para pressupõe criar e manter um processo dinâmico, criativo, participativo e sistemático, a fim de que os profissionais assumam efetivamente seu papel de sujeitos que definem a qualidade e eficácia do atendimento das crianças com necessidades educacionais especiais, fortalecendo a construção de uma sociedade justa e igualitária e particularmente preparada para aceitar as pessoas como elas verdadeiramente se identificam.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Gestão. Política Educacional.

ABSTRACT

This work whose main theme Inclusion in the perspective of school management, focuses on how managers develop their activities in the public schools of the city of Cajazeiras / PB, taking into account the relationship with the social inclusion policies in the school context. The survey involved the training of managers prepares the perspective of inclusive education and so identify what are the difficulties encountered by managers working in the school's educational policies and the relationship manager and teacher at the school. The proposed inclusion in the public school emerged as an attempt to investigate and understand the exclusion of students with special educational needs that are segregated from the social environment, family and intellectual development. Anyway, with this work we aim to produce knowledge on the management process that foster the emergence of shares and inclusion practices in the school context requires to create and maintain a dynamic, creative, participatory and systematic, so that professionals take effectively its role of subjects that define the quality and effectiveness of care of children with special educational needs, strengthening the construction of a just society and equal and particularly prepared to accept people as they truly are identified.

Keywords: Inclusive Education. Management. Educational Policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. PRESSUPOSTOS HISTÓRICO E TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO ESCOLAR.....	10
1.1 O que é uma Escola Inclusiva?	10
1.2 Um olhar sobre as políticas públicas da educação inclusiva.....	11
1.3 Gestão Escolar na perspectiva da inclusão	15
1.4 O papel do gestor escolar: possibilidades e desafios para assegurar o direito a inclusão	18
1.5 O perfil do gestor escolar que fortalece as práticas educativas de inclusão	20
2.A TRAJETÓRIA E OS CAMINHOS DA INCLUSÃO.....	24
2.1 A inclusão e a construção de uma sociedade tolerante, ética e solidária	27
3. METODOLOGIA.....	30
3.1 Tipo de Estudo	30
3.2 Local da Pesquisa.....	30
3.3 População e Amostra	30
3. 4 Instrumentos de Coleta de Dados.....	31
4. ANÁLISE DOS DADOS	32
4.1 O que revela o olhar da gestão quanto a inclusão.....	32
4.2 O perfil do docente e os caminhos da inclusão na escola regular	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
APÊNDICES	44

INTRODUÇÃO

Fazer uma discussão sobre Educação Especial, Educação Inclusiva ou com necessidades educacionais especiais, na atualidade não é algo simples, pois necessita de muito conhecimento devido a sua abrangência. No entanto, há muito ainda que se refletir dentro dessa temática, principalmente, quando nesta é implantada a formação de professores e gestores para agir com esse público e inseri-lo no contexto educacional, permitindo-lhe um ensino de qualidade.

No núcleo desse debate em que está à formação do educador e gestor como articuladoras de uma prática educativa ajustada no conceito de educação, como direito de todos os sujeitos, independentemente de sua qualidade social, física, cultural, linguística ou qualquer outra especificidade. Nesse significado, propomos abordar a temática de formação desses profissionais como discussão principal no método de inclusão do aluno deficiente, procurando envolver tal temática no debate da política da educação inclusiva e tendo como Questão central como os Gestores das Escolas municipais da cidade de Cajazeiras/PB percebem a educação inclusiva á das políticas públicas de inclusão. Compreender de que forma os gestores e professores desenvolvem suas atividades nas escolas públicas municipais da cidade de Cajazeiras/PB com relação as políticas públicas inclusivas no contexto escolar. Objetivos Específicos :averiguar se a formação dos gestores preparam na perspectiva da Educação Inclusiva, identificar quais são as dificuldades encontradas pelos gestores em trabalhar na escola as políticas públicas da educação inclusiva. averiguar a relação gestor e professor na escola.

O trabalho que se adota, inclui o campo da Educação Especial como sujeitos historicamente apontados pelos ditames da exclusão, do desamparo e da negação dos seus direitos. É confinando dessa realidade que, para esses sujeitos, a educação se compõe como abertura para o rompimento com esse argumento excludente, assim como, distingue o papel da escola como lugar eficaz a sua formação de pessoa cidadã. Contudo, mesmo partindo de um conjunto onde as novas tecnologias estabelecem formas de ensinar mais participativa, a escola ainda se encontra presa a um ensino elitista e a práticas homogeneizadoras que não contesta aos novos anseios e realidades.

O estudo foi realizado com gestor e professor de escolas municipais da cidade de Cajazeiras/PB, que têm salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no intuito de perceber como os Gestores das Escolas municipais da cidade de Cajazeiras/PB percebem a educação inclusiva á das políticas públicas de inclusão.

Para tanto esse trabalho organizou-se estruturalmente da seguinte forma: no primeiro capítulo, acontece o Resgate histórico enfocando a política educacional no Brasil no que se refere à criação da Educação Inclusiva e como vem se desenvolvendo as políticas públicas de inclusão ao longo do tempo desde sua criação. O segundo capítulo contempla os aspectos da gestão para a concretização da inclusão enfatizando a questão da participação dos gestores e professores como fator significativo para o acesso das crianças com deficiência e sua cidadania. Analisou-se

como acontece a assistência a essas desde a sua implantação até os dias atuais, realizando uma reflexão, sobre a Política Nacional de Educação em favor da gestão comprometida com uma escola para todos. O terceiro capítulo, apresenta as discussões e análises sobre a gestão das escolas públicas, em especial a dos serviços de educação e quais são as possibilidades e desafios da prática gestora para potencializar um atendimento educacional de qualidade para qualquer criança. Por fim, estão traçadas as considerações finais, as referências, os apêndices e os anexos do estudo.

A partir do estudo realizado, espera-se contribuir de forma significativa para se avançar nos conhecimentos teóricos e metodológicos, não só sobre a problemática da inclusão, como também dentre outros contextos como se podem potencializar ações, estratégias e metas que venham a ser assumidas por professores e gestores dos espaços escolares e, assim, encontrar o caminho da equidade e da qualidade dos serviços da escola pública.

Enfim, almeja-se que as reflexões apresentadas neste trabalho contribuam significativamente na construção de uma prática de trabalho comprometida com a construção de uma escola para todos. Fortalecendo a concepção que as diferenças são fundamentais para o sucesso da aprendizagem e a formação integral do sujeito.

1. PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO ESCOLAR.

No decorrer desse capítulo, elegeu-se como ponto de partida a discussão dos princípios educativos que devem formar uma escola inclusiva, averiguar como se organizar processo pedagógico em torno dos alunos com necessidades educativas especiais.

1.1 O que é uma Escola Inclusiva?

A pessoa com deficiência revelado pelo processo histórico no Brasil e no mundo, sempre foi caracterizada pela rejeição, pela discriminação e pelas atrocidades cometidas contra as pessoas com deficiência durante muito tempo na história. Relatos históricos revelam que pessoas com deficiências eram vítimas de maus tratos e abandonados em asilos.

Segundo Ferreira (2010), a História da Educação para pessoa com deficiência no Brasil foi dividido em três momentos: o primeiro a criação do Imperial Instituto dos meninos Cegos em 1854; o segundo pelo desenvolvimento da legislação específica e, em decorrência da segunda, o terceiro momento que se caracteriza pelo processo contemporâneo da Inclusão Escolar e Social. Para tanto, as crianças com necessidades especiais ganham o direito de aprender e conviver com as crianças ditas “normais”. Nessa nova trajetória histórica as crianças com deficiência passam a fazer parte da rotina das escolas públicas e privadas, despertando e obrigando o corpo gestor e pedagógico, a revisão de suas práticas pedagógicas, das relações sociais, dos espaços estruturais e do processo de ensino-aprendizagem.

Desta forma é possível perceber que edificar um ambiente escolar inclusivo não é trabalho fácil e, para que essa construção esteja solidificada, é necessário que todas as ações administrativas e pedagógicas estejam esquematizadas e se voltem para a consolidação da escola inclusiva que se deseja. Esta deve ser uma escola compromissada com a Educação para todos e de qualidade, reconhecendo que esta educação deve estar voltada, não só para pessoas com necessidades educacionais especiais, mas para todos que estão dentro do sistema regular de ensino, na constante construção e valorização do respeito mútuo, da aceitação das diferenças e da individualidade de cada pessoa.

Além disso, a escola dos sonhos que todo educador almeja, deve haver espaço para a participação consciente de todos os responsáveis que nela atuam, proporcionando o princípio da igualdade e da diversidade de todos os alunos, onde estes se sintam acolhidos e motivados na caminhada para o processo da aprendizagem e da construção das competências para o exercício da cidadania.

Nesse contexto, um dos grandes responsáveis por essa edificação é o gestor escolar, pois é ele o agente mobilizador das ações adotadas de decisões, bem como o responsável por administrar as ações para que as decisões sejam colocadas em prática respeitando a sua coletividade. Esse gestor deve saber ouvir, incentivar, tomar decisões na hora certa, ter perspectiva de futuro com relação às metas educacionais da escola, construir uma atmosfera democrática, sem adotar posições extremistas de autoridade ou de uma liberdade exacerbada.

Portanto, uma escola inclusiva deve ser um espaço onde todos tenham voz e vez, independente da sua classe social, deficiência, cor, religião, origem e etnia, conforme a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 1^a “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

1.2 Um olhar sobre as políticas públicas da educação inclusiva

O Estado pelas leis que regem a política da educação inclusiva no Brasil deve garantir a execução das políticas públicas voltadas para a luta de combate a exclusão social dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs). Essas políticas públicas têm sido inseridas pelo Estado principalmente na rede regular de ensino na garantia do acesso à escola pública, gratuita e de qualidade, que deve levar em consideração suas instâncias: o sistema de ensino, a escola e a sala de aula, tal como afirma Libâneo (2005, p.296):

A organização do Sistema de ensino de um país pode ser considerada em três grandes instâncias: o sistema de ensino como tal, as escolas, as salas de aula. As escolas situam-se entre as políticas educacionais, as diretrizes curriculares, as formas organizadas do sistema e as ações pedagógicas-didáticas na sala de aula. A escola é, assim, o espaço de realização tanto dos objetivos do sistema de ensino quanto dos objetivos de aprendizagem. Na prática, significa que as análises críticas sobre o sistema de ensino e sobre as políticas educacionais perdem a força analítica, se não tiverem como referência a escola e as salas de aula, do mesmo modo que os profissionais de determinado estabelecimento escolar, podem ter a eficácia de seu trabalho reduzida, se não tiverem uma visão de conjunto do sistema de ensino nacional e estadual.

Constitui dizer que é essencial haver uma influência mútua entre as políticas públicas e a escola. Se o Estado não garantir que as políticas educacionais para a Educação Inclusiva sejam, de fato, compreendidas pelos gestores, por exemplo, dificilmente haverá eficácia na sua implementação. A troca de informações para se verificar as reais necessidades de alunos com NEEs, precisa ser constante. A estimativa dos objetivos propostos em cada etapa de implantação das políticas é extremamente necessária e garantirá que os problemas descobertos sejam resolvidos com novas políticas. Portanto de acordo com Libâneo (2005, p.298) “o vínculo das escolas com o sistema de ensino (Ministério da Educação, Secretarias de Educação, Conselhos de Educação etc.) decorre de necessária unidade política e administração de gestão de um sistema”.

A educação é sempre apresentada como uma das prioridades políticas de todo governo em tempo de campanhas eleitorais. Mas, na prática não há tanta relevância no processo governamental deixando essa prioridade, muitas vezes para segundo plano. O investimento em educação aumenta a perspectiva de futuro social e visa reduzir as diferenças sociais impostas pelo sistema capitalista.

Vale destacar que, enquanto não houver uma descentralização das tomadas de decisões, a probabilidade das escolas inclusivas serem de qualidade em todo o território nacional continuará sendo um sonho a ser almejado todos os dias como se fosse uma utopia.

Ao analisarmos atentamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, podemos compreender que a Inclusão necessita e pode ocorrer de fato, assim como diz Mantoan e Pietro (2006, p.25):

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB) deixou claro que o ensino especial é uma modalidade e, como tal, deve perpassar o ensino comum em todos os níveis da escola básica ao ensino superior. Haja vista as portarias e demais instrumentos pelos quais a educação garante aos alunos universitários a presença de intérpretes, tecnologia assistiva e outros, recursos em sala de aula comum. Há que assegurar não apenas o acesso, mas a permanência e o prosseguimento do estudo desses alunos e não retirar do Estado, por nenhum motivo, essa obrigação, exigindo, postulando o cumprimento das leis, para atender às necessidades educacionais de todos.

O que se observa é que o Estado ainda é o maior responsável em garantir que a escola brasileira seja Inclusiva. Mas, para que esse processo seja efetivo é preciso que o Estado desenvolva suas ações com outras esferas administrativas como a parceria entre os conselhos, movimentos sociais, o poder judiciário, os pais dos alunos, além da parceria entre as escolas e as secretarias de educação dos estados e municípios, possibilitando a fiscalização dos recursos públicos e a execução das metas propostas para acessibilidade arquitetônica e de material didático-pedagógico, beneficiando assim toda a comunidade escolar.

As políticas públicas para a conquista e a implantação da Educação Inclusiva aconteceu de forma gradativa através de leis, diretrizes e regulamentações. Desde então, as escolas públicas abriram suas portas e muitos docentes e gestores inseriram os educandos com necessidades educacionais especiais perceberam seu despreparo e incapacidade de lidar com tanta diversidade e heterogeneidade de conhecimentos, já que as escolas não estavam preparadas estruturalmente na parte física, emocionalmente e pedagogicamente (SANTOS; PAULINO, 2008).

A gênese das políticas educacionais de atendimento as crianças com necessidades educacionais especiais tem sua base na escola seletiva na qual as crianças devem ser classificadas e selecionadas de acordo com seus conhecimentos.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência (BRASIL, 2007, p.2.).

Sendo assim, o atendimento às pessoas com deficiência no Brasil apresentou seu marco histórico, quando ainda era Império. Duas instituições foram criadas: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, hoje é o Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, situados no Rio de Janeiro (SÁ, 2002).

Outras mudanças aconteceram somente no século XX, com a criação de entidades filantrópicas e não governamentais, precisamente em 1996 surge o Instituto Pestalozzi, instituição se especializou no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, foi fundada em 1945, criando o atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (MAZZOTA, 2005).

Vale ressaltar que a maior conquista das pessoas com deficiência surge com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que apresenta como um dos seus objetivos fundamentais o de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Na mesma Lei, no artigo 205, a educação é trazida como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e no seu artigo 208, define os princípios para o ensino e assegura como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Mas mesmo com todos esses direitos constitucionais de cidadania não se tornaram de imediatos, a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, é uma luta diária.

Para que as mudanças e a inclusão das crianças especiais fossem concretizadas seria preciso adequar espaços para que, além de inclusiva a escola precisasse ser acessível e atendesse aos princípios de qualidade estabelecidos pelos parâmetros curriculares nacionais¹ também é necessário que as políticas públicas acompanhassem essa exigência. Mesmo garantido o acesso das crianças especiais nas escolas públicas, o Estado não consegue garantir qualidade neste atendimento.

Segundo Marques (2006, p. 508), o debate e as demandas de democratização do sistema educacional e das Unidades Escolares, apresentam pontos centrais como a descentralização e municipalização, com a eleição dos dirigentes escolares e a criação dos Conselhos Escolares. A abrangência das políticas públicas para reorganizar e valorizar a dinâmica escolar através de sua gestão pode facilitar a concretização de uma escola inclusiva.

¹ Os parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para Educação do Ensino Fundamental em todo País. Sua função é orientar e garantir coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações[...] a busca de qualidade impõe a necessidade de investimentos em diferentes frentes, como a formação inicial e continuada dos professores, uma política de salários dignos, um plano de carreira, a qualidade do livro, de recursos televisivos e de multimídia, a disponibilidade de recursos didáticos (BRASIL, 2001, p.13-14)

Nesta perspectiva vale frisar que a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva foi definida pelo Ministério da Educação no ano de 2008, diferencia a educação especial como um complemento curricular para o aluno com necessidades educacionais especiais.

Pode-se assim conceituar a Educação Especial como modalidade de ensino transversal a todos os níveis e modalidades, realizada de forma complementar ou suplementar à escolarização dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, ou seja, a superdotação, matriculados em classes comuns. Inclusive são criadas as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e determinou que na receita o aluno especial vale em dobro de uma aluno convencional.

Com o objetivo de orientar a implementação dessa Política, o Decreto nº. 6.571/2008, no seu art. 6º, institui o financiamento da dupla matrícula de estudantes público alvo da educação especial no âmbito do FUNDEB, matriculados no ensino regular da rede pública e no Atendimento Educacional Especializado - AEE, de forma concomitante (BRASIL, 2010, p.28).

Mesmo tendo seu valor duplicado as políticas públicas para as crianças especiais, ainda não permitiram que o cotidiano dessas crianças acontecesse de forma harmoniosa e permitisse a construção do conhecimento dentro do ambiente escolar. A inserção é fácil e acontece no ato da matrícula, mas a inclusão é uma realidade cheia de preconceitos, estereótipos e negação ao direito de aprender (PIETRO, 2010).

As políticas públicas voltadas para a Educação Inclusiva, também se preocuparam em formar os profissionais da educação para atender essas crianças. É possível compreender a colaboração dos estudos pedagógicos, demonstram a necessidade de uma aprendizagem colaborativa, na qual possibilite aos alunos com deficiência ou não, com a mesma idade, possam aprender, conviver e valorizar as diferenças para se construir um mundo mais justo e igualitário para todos

1.3 Gestão Escolar na perspectiva da inclusão

Na escola atual, a gestão desempenha um papel fundamental para a implementação e concretização das políticas públicas da inclusão educacional. Neste sentido, a escola deve

construir coletivamente uma proposta educativa que respeite a criança como um ser capaz de construir a sua história, independente de suas limitações, pois todos possuem dificuldades e, desenvolver capacidades para superá-las é uma responsabilidade da instituição escolar que não se centraliza apenas no professor.

Na medida em que a gestão é uma espécie de braço executivo da política escolar e considerando que a política só existe porque vislumbra o poder, cumpre perguntar: de que se trata? Inicialmente se relaciona a poder de mando ou simplesmente dominação (SOUZA, 2012, p.160).

Dentro desta perspectiva, a teoria clássica da administração da escola, quando a figura dos gestores, se restringe apenas a autoridade dominadora, fica muito difícil conduzir a escola para a concretização de uma política escolar inclusiva. Neste sentido pode-se refletir que mesmo de forma implícita a dominação é um componente da administração escolar. E de acordo com Souza (2012) a condução da tarefa dos dirigentes escolares não é por eles executada quando eles não dominam as relações de poder. Pensado sobre isto é possível perceber que poder e gestão se configuram como uma necessidade para atuar nas atividades administrativas de uma instituição escolar e o perfil de seus gestores deve dominar a administração e a pedagogia. Uma escola que ainda se organiza desta forma não consegue potencializar uma educação inclusiva, o aluno pode estar inserido, mas a inclusão de fato não acontece.

Uma das manifestações do colapso da administração da escola está na existência de grupos espontâneos formados pelos membros adultos da escola, cujas reuniões e atividades implicam desvio das obrigações profissionais e criam situações de conflito entre os subordinados e o diretor, que não consegue controlá-los (SOUZA, 2012, p.163).

Dentro dessa análise, as escolas que pautam seu trabalho gestor e organizacional dentro da concepção burocrática de organização, sustenta a hierarquia da divisão do trabalho, com domínio de técnica de saberes e seguimento de regras definidas. Percebe-se dentro desta reflexão que a organização escolar deve responder a seu tempo, seu espaço e sua história, conforme Clegg, Dunkerley, (1990) *apud* Souza (2012).

Atualmente a organização escolar deve não apenas contemplar os recursos tecnológicos presentes no meio social, e assim atender as necessidades e pressões do ambiente. E nos dias atuais o mundo precisa de pessoas que saibam conviver

harmoniosamente, respeitando as diferenças e limitações de cada um. A sociedade precisa ser um espaço tolerante, para com as diferenças. Assim, a gestão deve incentivar a construção desse espaço dentro do ambiente escolar, para que as práticas de igualdade e respeito entre as pessoas consigam ultrapassar a dos portões e muros da escola.

A gestão escolar democrática e participativa proporciona à escola se tornar mais ativa e suas práticas devem ser refletidas na e pela comunidade. A participação, em educação, é muito mais do que dialogar, é um processo lento, conflituoso, em que conhecer os conflitos e saber mediá-los torna-se fonte precípua. Por isso, é necessário ouvir pais, comunidade e órgãos de representação. Esses são caminhos que devem ser trilhados para a construção da educação inclusiva (TEZANI, 2011, p.2).

Dentro deste contexto de gestão escolar democrática e participativa, defende os princípios de educação de qualidade para todos os alunos, independente de suas limitações. Para que esta realidade seja possível é preciso desenvolver na escola um espaço para discutir a inclusão e o currículo no planejamento. Também deve potencializar na equipe espírito de compartilhar e cooperar na construção de saberes. Desenvolver um projeto pedagógico que envolva escola e comunidade e principalmente avaliar constantemente suas ações educativas e se o projeto de inclusão compartilhado pela escola e comunidade, quais seus avanços e desafios.

O gestor escolar que se propõe a atuar numa prática inclusiva envolve-se na organização das reuniões pedagógicas, desenvolve ações relacionadas à acessibilidade universal, identifica e realiza as adaptações curriculares de grande porte e fomenta as de pequeno porte, possibilita o intercâmbio e o suporte entre os profissionais externos e a comunidade escolar (TEZANI, 2011, p.4).

A reflexão da prática e uma rotina de planejamentos são atividades importantes para possibilitar e construir uma escola inclusiva. Para Mattos (2010) a maior dificuldade que impede que a escola conquiste um espaço inclusivo é porque além de problemas cotidianos, como a falta de recursos financeiros e humanos, a falta de estrutura dos prédios e dos equipamentos escolares, as escolas recebem com enorme frequência inúmeras leis, pareceres, resoluções que acabam ocupando grande parte do tempo do diretor no atendimento de formalidades burocráticas, o tempo que sobra para dedica-se às atividades e às questões pedagógicas é muito limitado. Na construção de uma escola inclusiva a gestão deve caminhar

na perspectiva de que o pedagógico é a parte fundamental da escola, deve receber o tratamento merecido, não podendo ficar à margem das ações da escola.

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um “novo paradigma”, que se constitui pelo apreço a diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela posição de práticas pedagógicas, o que exige uma ruptura com o instituído pela sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino. A ideia de ruptura é rotineiramente empregada em contraposição à ideia de continuidade e tida como expressão do novo, podendo causar deslumbramento a ponto de não ser questionada e repetir-se como modelo que nada transforma. Por outro lado, a ideia de continuidade, ao ser associado ao que é velho, ultrapassado, pode ser maldita sem que suas virtudes sejam reconhecidas em seu devido contexto histórico e social (PIETRO, 2006, p.40).

Contudo, vale salientar que a função social da escola é de auxiliar no desenvolvimento da autonomia social e intelectual dos seus alunos com deficiência ou não. Esta tarefa é possível, quando a escola construir conhecimentos sobre os alunos com necessidades educacionais especiais, conhecer os aspectos que dificultam sua adaptação escolar, saber com essas crianças aprendem, constrói sua identidade e se veem no mundo.

1.4 O papel do gestor escolar: possibilidades e desafios para assegurar o direito a inclusão

A feição esperada e adequada ao gestor é sempre o de uma pessoa criativa, um líder em potencial, comprometida e envolvida, que gosta do seu trabalho e que literalmente gosta do que faz. No entanto, ultimamente não podemos esquecer de adicionar a essa lista um item importante: a apreensão em trabalhar a mercê da diversidade, já que a educação inclusiva é hoje uma realidade dentro e fora da escola.

No entanto, aprende-se que muitas vezes, esse profissional da educação tem se sentido desmotivado na sua práxis. Ainda comumente recebem crianças com necessidades educacionais especiais (NEEs), muitos ainda tem suspeitas sobre como decorrer para que a inclusão aconteça. As escolas muitas vezes, não possuem espaços com adaptações necessárias

ou materiais pedagógicos adequados, a equipe escolar não se sente segura em relação aos procedimentos corretos e adequados para trabalhar com cada tipo de deficiência.

Além disso, há dificuldade em lidar com as famílias, de convencer os pais dos alunos com NEEs de que eles precisam participar ativamente dessa inclusão. Esses outros fatores trazem incertezas a esses profissionais, pensadas em suas práticas.

Necessariamente, acreditamos que a formação é primordial para que o gestor escolar administre de forma ativa o seu trabalho. De acordo com a Lei nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação(LDB) no título VI, afirma que:

A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

- I- a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
- II- a associação entre teorias e prática, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;
- III- o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

A lei é aberta ao dizer que os professores da educação devem receber uma formação consistente e adaptada para o exercício e desempenho de suas funções. Isto auxilia o gestor escolar, que tem grande tarefa de direção e organização da escola. O gestor é o responsável pelo funcionamento administrativo e pedagógico da escola, assim sendo, necessita de informação tanto administrativo quanto pedagógico. Este necessita estar prevenido à qualidade da educação que está sendo proporcionada na escola, para o bom funcionamento das práticas educativas. Deverá querer a organização do trabalho frente aos desafios. É seu papel também convergir, impulsionar e proferir os interesses e as necessidades de formação do grupo. A LDB diz ainda no seu artigo 64 que:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em curso de graduação em pedagogia ou em nível de pós graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Abordar esse assunto é eficaz já que o gestor e o coordenador pedagógico devem estar junto no processo do bom desempenho da aprendizagem de todos os alunos. São eles, como diz Mantoan e Pietro (2006, p.56), os “profissionais no âmbito técnico administrativo com importante papel no desenvolvimento de ações educacionais”. Configura-se na atualidade que o gestor precisa deixar de ser puramente administrador para, de fato, dirigir os processos de construção de conhecimento na essência da escola. Ainda mais quando se fala em Educação Inclusiva, pois há a necessidade de toda comunidade escolar buscar uma escola que inclua e que seja de qualidade.

Conforme Michels (2006) “a gestão deve ter como foco a descentralização de alguns elementos da escola, mas de todos; ela encaminha-se, discursivamente, como sinônimo de democratização”. Afinal, o primordial para que a inclusão escolar comece a advir é a probabilidade de uma gestão coesiva, em que toda a comunidade escolar se sinta respeitada e participativa, visto que essa é a melhor maneira de se construir uma escola envolvida com a Inclusão.

Na verdade o que mais prejudica a concretização das práticas de educação inclusiva, ainda é o fato da gestão escolar ainda ser um cargo de confiança na qual muitas vezes os gestores municipais colocam as escolas nas mãos de pessoas despreparadas, que não compreendem os aspectos e necessidades de aprendizagens dos alunos com necessidade educacional especial. A realização de eleições para escolha de gestores respeitando as especificidades de formação e necessidades de conhecimento para dirigir uma instituição escolar é uma ação que pode colaborar com a melhoria da qualidade da educação inclusiva.

1.5 O perfil do gestor escolar que fortalece as práticas educativas de inclusão

A Educação Especial representa uma modalidade de educação básica, a todas é assegurado o direito de participar da formação escolar, a todas as pessoas com deficiência. Dentro deste contexto, cabe uma reflexão, qual deve ser a participação do gestor escolar para possibilitar o processo de inclusão dentro do ambiente escolar.

Pensando sobre a amplitude que compreende o papel do gestor no cotidiano escolar e de todos os papéis que representa vale salientar de toda a sua importância dentro dos contextos e práticas educativas.

Outro papel importante da direção é exercer liderança na comunidade. Trazer as famílias e demais setores da comunidade para dentro da escola, promove, em todos, o sentido da responsabilidade e do cuidado de um bem que é de todos. Contar com a participação da família e da comunidade, fortalece a segurança e faz com que a escola caminhe na direção de cumprir com sua missão e persiga nos seus diferentes objetivos (BRASIL, 2004 p. 13).

A Inclusão Escolar não se reduza apenas à ideia de apresentar aos alunos com necessidades educacionais especiais, um lugar nas salas comuns das escolas com menos plateias; mas sim uma sugestão que visa atender as necessidades individuais dos alunos com reverência e responsabilidades.

Por tudo isso a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e a que apresentam dificuldade de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (MANTOAN, 2003, p.24).

Vale salientar que o papel do gestor escolar é apoiar dentro do ambiente escolar a construção de uma prática pedagógica, fundamentadas em uma pedagogia que beneficie não apenas aqueles com necessidades educacionais especiais e sim a todos os alunos. Afinal, a proposta é atender todas as crianças, independente de condicionantes físicos, intelectuais, emocionais, psicológicos ou sociais. Cabe a escola ajudar a construir novos paradigmas de que o potencial que cada um possui vale mais do que a sua capacidade.

Crianças com necessidades educacionais especiais devem receber apoio institucional adicional no programa regular de estudos, ao invés de seguir um programa de estudos diferente. O princípio norteador será o de providenciar, a todas as crianças, a mesma educação e também prover assistência adicional e apoio às crianças que assim o requeiram (BRASIL, 2006, p.25).

Cabe então discutir que a gestão de uma escola inclusiva ultrapassa o limite da sala de aula, o aluno com necessidades educacionais participa de todas as atividades que compõem a rotina escolar, e inclusive das atividades que alunos fazem na sala e como complemento recebe o atendimento educacional especializado. Dentro desta análise, percebe-se que muitas vezes os alunos com necessidades educacionais especiais sofrem negligência nas salas de aula e dentro do próprio contexto da escola, são considerados por muitos gestores e professores um problema que prejudica o desempenho dos outros alunos. É comum o gestor criticar o docente que não prepara a atividade específica para o aluno. Muitos alunos estão inseridos na sala,

mas não inclusos fazem tarefas diferenciadas, não trabalha nos grupos e se constrói na sala um sentimento de compaixão pela deficiência do aluno compartilhando pelos alunos.

Diante do exposto fica pertinente destacar que a escola é um espaço coletivo e todos são responsáveis pelo fracasso e sucesso dos alunos. O gestor deve compartilhar da educação das crianças com necessidades especiais.

Considerando essas questões, a educação inclusiva implica na implementação de políticas públicas, na compreensão da inclusão como processo que não restringe à relação professor-aluno, mas que seja concebido como um princípio de educação para todos e valorização das diferenças, que envolve toda comunidade escolar (BRASIL, 2005, p. 27).

Para facilitar o processo de inclusão o gestor escolar deve ajudar na construção de um projeto de ensino interdisciplinar, na qual o sujeito e a relação com o saber e sua produção deve se articular com todas as áreas do conhecimento, pois a inclusão educacional é um processo complexo, que precisa de reformulação e reconfigurações que assegurem a essas crianças um ensino singular e de qualidade. Um gestor deve saber respeitar e tratar dignamente os alunos especiais.

Saber que devo respeito à autonomia, a dignidade e à identidade do educando e, na prática, procurar coerência com este saber, me leva inapelavelmente à criação de algumas virtudes ou qualidades sem as quais aqueles saber vira inautêntico, palavreado inoperante (FREIRE, 1996, p.62).

Independente do aluno, dos seus saberes, dos seus laços sociais, a gestão escolar deve ajudar na construção do respeito a sua dignidade e identidade e deve valorizar os conhecimentos que trazem consigo. Isso inclui que a gestão tem uma primordial importância para a efetivação de uma escola acessível, com espaços de boa mobilidade para todas as crianças.

Nesse sentido, instituições escolares no Brasil revelam que ainda é muito comum na atualidade a infraestrutura, ser inapropriada para atender as crianças com ou sem necessidades especiais: sala de vídeos, bibliotecas, laboratórios de informática são espaços difíceis de ser utilizados, até mesmo para as crianças sem necessidades.

Vale frisar que nas escolas a organização do espaço é de suma importância, pois garante a qualidade da aprendizagem e um lugar onde as relações acontecem. Assim, espaços

adequados possibilitam boas situações de aprendizagem, favorecem a formação cidadã. Um dos papéis fundamentais da gestão é planejar e organizar espaços, para que esta realidade aconteça.

2. A TRAJETÓRIA E OS CAMINHOS DA INCLUSÃO.

A trajetória da exclusão das pessoas com deficiência acompanha a humanidade é tão antigo como sua existência. Pode-se enfatizar que o período compreendido entre o início da década de 70 e início dos anos 80 foi marcado pelo processo de institucionalização da Educação Especial nos sistemas públicos de ensino e isso resultou em um quadro de amplas reformas educacionais promovidas pelos governos militares, realizaram ações que marcam o início das primeiras reflexões sobre o papel do Estado na educação dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Finalmente a área da Educação Especial, começou a integrar os planos setoriais do governo e desenvolveram-se os setores especializados nas redes escolares e programas de formação de profissionais para os campos de educação e reabilitação. Com raízes assistencialistas, de ideal tecnicista as reformas para a Educação Especial adquiriu maior visibilidade na área educacional, compartilhando as ideias de normalização e integração e acenando com os ganhos de um atendimento especializado e interdisciplinar (BARRETTA, CANAN, 2012).

O ‘deficiente pode se integrar na sociedade’ tornou-se, assim, a matriz política, filosófica e científica da Educação Especial. Este novo pensar sobre o espaço social das pessoas com deficiências tomou força em nosso país com o processo de redemocratização, e resultou em um redirecionamento significativo das políticas públicas, dos objetivos e da qualidade dos serviços de atendimento a esta população, marcando o desenvolvimento da área até nossos dias. Neste contexto surgiu o paradigma educacional denominado de Integração, o qual se propunha a oferecer aos alunos com deficiências o ambiente escolar menos restritivo possível. Este visava preparar alunos das classes e escolas especiais para ingressarem em classes regulares, quando receberiam, na medida de suas necessidades, atendimento paralelo em salas de recursos ou outras modalidades especializada (GLAT, PLETSH, FONTES, 2007)

Essas mudanças acontecem e provocam dentro da sociedade um amplo processo de discussão sobre a inclusão dos portadores de necessidades especiais, protagonizado especialmente no ano de 1994, com a Declaração de Salamanca, que tinha como base norteadora o respeito às diferenças, construído na essência que toda criança tem direito a

educação para potencializar o desenvolvimento de suas habilidades, em sintonia com a sua individualidade.

A segregação dos alunos com necessidades especiais do ensino regular permaneceu até a declaração da Salamanca (1994), os alunos portadores de deficiência não eram nem mencionados nos cursos de formação de professores, basicamente eram invisíveis. De forma tradicional a educação especial acontecia através de atendimentos educacionais especializados e ficavam fora do ensino regular. A justificativa se dava porque como não aprendiam de forma igual aos demais alunos os conteúdos escolares, se construiu uma falsa concepção que o processo de escolarização não era necessário.

A lógica da exclusão apoia-se na lógica das classes. Classificar é uma forma de conhecimento que nos possibilita definir a extensão dos termos que, por possuírem um critério comum, são equivalentes entre si quanto a esse critério. Ou seja, classificar é uma forma de conhecimento pela qual reunimos, abstraindo as semelhanças e todos os termos que possuem um critério comum, tornando-os, por isso, equivalentes entre si com relação a esse critério, equivalentes entre si com relação a esse critério. Todos nós classificamos, necessitamos classificar para conhecer as coisas. Classificar é, portanto, uma forma de organização ou de raciocínio que coloca os iguais, os que têm o mesmo critério, em um mesmo lugar, em uma mesma caixa. Iguais significa, aqui, que os elementos – por terem sido reunidos e por possuírem o mesmo critério – são equivalentes entre si, ou seja, não guardam diferenças e por isso são equivalentes, substituem-se uns aos outros. “Caixa” é uma metáfora da pertinência, pois os objetos podem estar dentro de uma caixa, mesmo distante ou inexistente (a criança “normal”, mesmo que ainda não tenha nascido, já pertence à caixa dos normais). Fora da “caixa” ficam os que não atendem ao critério. Classificar, portanto, é reunir pessoas, objetos que tenham uma propriedade comum e, por terem uma propriedade comum, são substituíveis uns pelos outros (MACEDO, 2007, p.17).

Para Pereira e Santos (2009), o paradigma da educação inclusiva, dentro do ponto de vista histórico e conceitual, tem seu ápice de progressão nas experiências vividas na Dinamarca, que despontou como pioneira nas experiências de integração escolar dos alunos especiais dentro do ensino regular.

No Brasil, depois da declaração de Salamanca, teve início o processo de democratização do acesso e o direito das crianças com necessidades educacionais especiais ao ensino regular dentro da escola pública para atender a política educacional da inclusão.

Então, nossa escola e nossa organização social não correspondem tanto àquele aspecto fraterno e acolhedor do discurso da inclusão, mas o quadro atual traz indícios importantes, no campo da educação, de que se tem ampliado o acesso de grupos que foram historicamente excluídos do acesso à educação ou o tiveram de uma forma que apenas reforçou sua condição de exclusão (GLAT, FERREIRA, 2003, p.4).

Na realidade o que aconteceu quando os alunos com necessidade educacionais especiais tiveram acesso instituições escolares, representou apenas um processo de integração, os docentes sentiam-se incapazes de desenvolver a aprendizagem, pois consideravam que seu processo de formação era inadequado para trabalhar com esses alunos dentro das salas de aula. Para muitos gestores e docentes a inserção dos alunos com necessidades especiais prejudica o desenvolvimento dos alunos ditos normais.

Contraria, portanto a postura da política educacional de inclusão baseada nos Direitos Humanos e nos princípios éticos de respeito e diferenças e aos limites de cada um. Na legislação a inclusão e suas políticas continuam avançando.

Em 2001 e 2002, ocorreu uma troca de manifestações escritas entre representantes da Procuradoria da República e a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação CNE sobre a Resolução, por entenderem os Procuradores que as Diretrizes não cumprem os preceitos constitucionais sobre o acesso à escola. Outro elemento que mantém vivo o questionamento é o fato de o Brasil ter aderido em 2001 (Decreto nº 3.956, de 8/10/2001) à “Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência”, a qual permite a diferenciação pelo Estado das formas para promover a integração, desde que não se limite o direito à igualdade ou que as pessoas com deficiência sejam obrigadas a aceitar a diferenciação (GLAT; FERREIRA, p. 7).

Assim, as ações da política nacional de inclusão apoiam a construção de um paradigma educacional que faz o pensamento pedagógico que deve nortear o processo de ensino e aprendizagem. Dentro de um pressuposto que se aprende de inúmeras formas e com pessoas que pensam, sentem e agem de forma diferente.

Diante da complexidade das relações sociais e constantes transformações, ajudar a desenvolver um modelo de sociedade capaz de promover a inclusão se constitui em um amplo desafio para aqueles que assumem a gestão dos espaços escolares, já que educar indivíduos autônomos, a ponto de exercer sua cidadania e ainda prepará-los profissionalmente não é uma tarefa simples.

A formação ética cidadã das pessoas com necessidades educacionais especiais, deve estar comprometida com a preservação do ambiente, com as necessidades locais e globais.

2.1 A inclusão e a construção de uma sociedade tolerante, ética e solidária

Nesta exposição, vale salientar que o debate e ações sobre a inclusão não se limita apenas em colocá-los dentro dos muros escolares, o processo de inclusão almeja que as pessoas com necessidades educacionais especiais possam participar dos espaços sociais e do mercado de trabalho.

Assim, o universo educacional em que seus sujeitos vivem deve estar permeado por possibilidades de convivência cotidiana com valores éticos e instrumentos que facilitem relações interpessoais pautadas em valores vinculados à democracia, à cidadania e aos direitos humanos [...] (ARAÚJO, 2007, p.35).

Sendo assim, tanto a escola quanto a sociedade devem proporcionar o convívio de forma significativa de possibilidades com os princípios éticos sobre o respeito a diversidade, para que o respeito mútuo seja construído.

O que deve acontecer normalmente na rotina escolar é que os profissionais da instituição devem acreditar no potencial de aprendizagem de seus alunos especiais. Exterminar de vez esse preconceito que porque alguns alunos não conseguem reescrever os conteúdos da lousa no seu caderno usados muitas vezes para preencher as lacunas no planejamento e manter os alunos ocupados e disciplinados. Enquanto isso não for superado na escola, o estigma do preconceito e discriminação não será superado.

É pertinente salientar que a educação inclusiva preconiza o atendimento as necessidades especiais de forma interativa e diversificada. Assim o modelo educacional

defende a orientação educacional voltada para o acolhimento, aceitação, coletividade e oportunidade de desenvolvimento integral.

A educação inclusiva tem apresentado avanços e deve assumir a sua responsabilidade social como define Castanho (2010, p. 235):

Se as instituições de ensino querem tornar-se referência em responsabilidade social e atuar na vanguarda dessa discussão, devem mostrar como deve ser feito dentro e fora de seus muros a coerência entre discurso e a prática leva a utilização significativa do espaço da sala de aula, uma vez que permite aos seus atores estabelecer conexão com a sociedade. A sala de aula tornando-se então um espaço de pensar e de fazer pensar as diversas possibilidades de tratamento, ampliação e aplicação do tema da responsabilidade social.

Dentro desta perspectiva de combate a intolerância e ao preconceito cabe a escola assumir a interpretação de que a exclusão representou um ponto muito negativo na história da sociedade, deve com sua função formativa e concretizando sua capacidade de transformar e fortalecer os indivíduos e de provocar as mudanças sociais para responder a suas necessidades.

Araújo (2007, p. 33) afirma que:

O sistema de valores, constitui a identidade de cada sujeito, comportar a diversidade ou multiplicidade de valores é um desafio para as ações do ser humano. A escola de qualidade deve primar pela construção de um sujeito ético, que o que faz de uma pessoa um ser humano não é as diferenças e sim a capacidade de transcender as suas limitações.

Pensar na extinção da exclusão é pensar numa escola que assuma as políticas públicas de inclusão, na qual as diferenças unem os seres humanos e não os separa. A qualquer criança deve ser dado o direito de estar na escola, aprender, interagir, relacionar-se e sociabilizar-se. Para Barreta e Canan (2012) não é apenas aumentando o número de matrículas que se modifica essa realidade.

A política educacional deve implantar o acompanhamento educacional, e formar professores e monitores com respaldo teórico e conhecimento para colaborar com o desenvolvimento saudável de todo potencial de um aluno com deficiência ou não. A

dignidade cidadã para os alunos com necessidades educacionais deve ser uma meta assumida por toda instituição escolar e pela política local.

3. METODOLOGIA

3.1 Tipo de Estudo

A pesquisa sobre a formação dos professores e gestores para atuarem nas Escolas Inclusivas Públicas da cidade de Cajazeiras-PB é de cunho qualitativo, na perspectiva de investigar e analisar como a formação desses profissionais contribui na atuação junto a esses alunos que estudam em salas de AEE.

De acordo com Minayo (2007), a abordagem qualitativa é caracterizado como aquela que incorpora o universo do significado das ações e das relações humanas e estruturas sociais, abordando os motivos, as aspirações, as crenças, os valores e atitudes. Nesse sentido, a pesquisa busca conhecer como professores e gestores do município supracitado se preparam e desenvolvem um ensino inclusivo, de maneira a promover uma “educação para todos” com determina a lei.

3.2 Local da Pesquisa

A pesquisa aconteceu em 4 escolas públicas do município de Cajazeiras/PB e tem como preocupação central, conhecer com mais propriedade como é desenvolvido o trabalho dos professores e gestores em salas de aulas de AEE, dando ênfase ao processo da educação inclusiva, a partir desses profissionais que acompanham essa população.

Para a concretização da pesquisa de campo, objetivamos investigar como estas escolas públicas buscam atender os alunos com deficiência na perspectiva da inclusão no ensino regular e também como esses profissionais se capacitam se habilitam para atuarem no processo inclusivo. Estas instituições de ensino foram escolhidas devido ter salas de Atendimento Educacional Especializado- AEE e por desenvolver suas atividades educacionais na rede regular de ensino com alunos com deficiência.

3.3 População e Amostra

A população selecionada para a pesquisa foi composta por 4 professores e 4 gestores pertencentes ao quadro da escola pública em estudo em turno da manhã, que trabalham nas

salas de AEE e que tem em seu ambiente alunos com deficiência. Para nomear a amostra foram utilizados critérios de tempo de serviço, formação para atuação na educação inclusiva, uma vez que, experiência e formação são aspectos fundantes para habilidade dessa pesquisa.

3.4 Instrumentos de Coleta de Dados

Nesta etapa que consiste na realização dos trabalhos de campo, foi utilizado instrumento de coleta de cunho qualitativo, através de um roteiro semiestruturado contendo perguntas subjetivas relacionada aos objetivos da pesquisa. Foi organizado um questionário para os professores e outro para os gestores onde o entrevistado ficou a vontade para falar acerca do trabalho realizado na escola, enquanto instituição inclusiva, da sua atuação enquanto profissional na área da educação, das dificuldades, conflitos e anseios que porventura ainda perpetuam no âmbito educacional, principalmente em se tratando de uma educação inclusiva. Tal afirmação se respalda nas respostas das professoras a questão 1 quais as principais dificuldades que você encontra para ensinar na sala de AEE.

Assim, a **professora A** disse que: as principais dificuldades encontradas para ensinar na sala de AEE é a família que não tem compromisso de trazer as crianças. Já a **professora B**: falta de acompanhamento da família. E a **professora C** : também ressalta que a família, ainda é o entrave maior. A **professora D**: fala da assiduidade dos alunos.

Com relação aos gestores a questão direcionada é como você se sente ao trabalhar com educação inclusiva na escola?

gestora A: falta de estrutura física e humana; **gestora B**: na sua fala ressalta que bem; **gestora C**: satisfação em poder contribuir com essas crianças; **gestora D**: é muito difícil mas, me sinto gratificada em trabalhar com essas crianças.

Nessa expectativa, as entrevistas selecionadas e sobrepostas durante o estudo de campo foram tipo abertas, onde foram transcritas e consideradas intensamente. Segundo Minayo (2007) “(...) essas entrevistas têm origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dá cobertura ao interesse de pesquisa. O entrevistado tem a possibilidade de dissertar sobre o tema em questão”.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Posteriormente a coleta dos dados, procurou-se organizar de forma clara as entrevistas para apresentar a análise e explanação dos mesmos. Segundo Lakatos e Marconi (2010), na análise o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, e com isso consegue respostas as suas indagações, com o intuito de estabelecer relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas. Estas são comprovadas ou refutadas, mediante a análise.

O material coletado foi confrontado com a teoria pertinente ao assunto estudado. De acordo com Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, considerados de suma importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. As autoras acrescentam ainda que a pesquisa bibliográfica não é uma mera repetição do que já foi escrito sobre determinado assunto, mas propicia o estudo de um tema sob novo olhar, atingindo conclusões inovadoras.

Conseqüentemente, neste tópico fez-se a análise das entrevistas coletadas e os caminhos andados no intuito de averiguar como ocorre a formação dos professores e gestores para atuarem com alunos com algum tipo de deficiência em escolas públicas em salas de AEE na cidade de Cajazeiras-PB, enfatizando a formação desses profissionais na perspectiva da educação inclusiva.

4.1 O que revela o olhar da gestão quanto a inclusão

Buscando compreender a realidade da proposta educacional da educação inclusiva e como se concretiza e é realizada dentro da escola pública, optou-se por realizar a investigação na Escola, localizada na cidade de Cajazeiras/PB.

Desta forma a pesquisa foi composta por uma população de oito profissionais, sendo que 50% correspondem aos docentes e os demais compõem aos profissionais responsáveis pela gestão escolar.

Primeiramente ao analisar os dados da pesquisa pode-se definir o perfil dos entrevistados elencar que quanto ao perfil dos gestores à idade, sexo, tempo de profissão, tempo de atuação como gestor, situação funcional, quantidade de vínculos de trabalho, religião e escolaridade.

Quanto a idade, dos profissionais responsáveis pela gestão, estão expostas no gráfico 1, sendo que 25% dos entrevistados não responderam 50% possuem mais de 30 anos de idade e 25% contemplam a faixa etária dos quarenta anos.

Quanto aos aspectos da questão de gênero 100% das entrevistadas são do sexo feminino.

Já no aspecto referente ao tempo de profissão, pode-se destacar que os profissionais contemplam um quadro de muita experiência dentro da educação, pois todos possuem mais de 10 anos de profissão. Fica claro que a equipe escolar é composta por profissionais que já passaram por muitas experiências educacionais durante muitos anos de profissão.

Quanto à situação profissional a pesquisa revelou que 75% dos entrevistados são profissionais do quadro efetivo e 25% não revelaram se pertencem ao quadro efetivo ou se são contratados. O mesmo aconteceu quando os entrevistados foram questionados se possuem dois vínculos de trabalho 100% não responderam a questão.

Questionados sobre a religião que acreditam os entrevistados revelaram os seguintes aspectos: 25% não declararam a religião, 25% se declararam católicos, 25% se afirmaram evangélicos e 25% dos entrevistados começaram a responder espírita em não finalizou, os motivos pelos qual a informação não foi concretizada completamente não é possível afirmar, mas as pessoas apresentam muita segregação para aquelas pessoas que assumem suas diferenças e isso pode ser o motivo.

Outro aspecto componente da pesquisa foi à questão da formação, de cada gestor para atuar dentro da unidade escolar e assim realizar uma prática favorável ao acolhimento e ao desenvolvimento intelectual das crianças com necessidades educativas especiais; como fazer para que essas crianças conheçam e pratiquem a igualdade de direitos e deveres; como reflete cotidianamente a realidade e atender esse universo de alunos com suas peculiaridades e desafios para tornar a inclusão uma realidade que infelizmente muitas vezes é concretizada

apenas com a inserção desses alunos na escola. Eles representam a possibilidade de receber recursos em dobro. No gráfico 3, apresenta-se a formação dos gestores entrevistados.

A pesquisa apresentou a intencionalidade de saber se os profissionais cursaram disciplinas sobre a inclusão, durante o seu processo de formação, dos entrevistados 50% afirmaram que sim e 50% revelaram que não. Sendo que um dos entrevistados revelou que teve contato na disciplina administração escolar.

Ao serem questionados sobre com que frequência são oferecidas formação para os gestores, um dos entrevistados não respondeu a pergunta, outro respondeu que acontece quinzenalmente; um dos entrevistados disse que participa de uma formação via MEC com o tema “Formação pela escola” e acontece a cada quinze dias; um dos entrevistados revelou que acontece mensalmente. É possível analisar que a Secretaria Municipal oferece a capacitação para os gestores mas apenas um respondeu que realiza; os demais apenas cumprem com o comparecimento em reuniões e planejamentos.

Sobre a importância da formação para os gestores afirmaram: “Para continuarmos a parte de tudo o que acontece no sistema gestacional (Entrevistado 3), “Primordial para ter conhecimento para administrar uma escola com eficiência” (Entrevistado 2). Analisando as respostas todos os profissionais consideraram que a formação continuada ajudar a consolidar e melhorar a prática de trabalho dentro do ambiente escolar. Também consolidaram a importância da capacitação para os professores e justificaram que ajudar a melhorar a qualidade do ensino.

Os gestores que foram questionados sobre quais os principais problemas que enfrentam como gestores educacionais e elencaram: falta de estrutura funcional básica, acúmulo de programas, turmas numerosas, falta de acompanhamento dos pais e indisciplina.

Sobre a realidade da escola Veiga (1995, p. 63) discute:

Além dessa dificuldade a escola luta contra outras mazelas, pois está inserida em uma sociedade não menos problemática. Entre tantas indefinições e incertezas com o processo educativo e, por não dizer, por que não dizer, decepções com os próprios poderes constituídos, a matriz teórica de cada educador acaba sendo descaracterizada, como a desesperança da maioria dos brasileiros com a melhoria da própria qualidade de vida.

A realidade atual da escola e o cotidiano de inúmeros programas dificultam a construção de um projeto pedagógico capaz de ajudar a construir a identidade de uma escola que consegue incluir todos os seus alunos dentro do processo de aprendizagem e deve manter a reflexão constante de que tipo de formação é capaz de oferecer a seus alunos. Entre os entrevistados apenas um afirmou que não enfrentava nenhum problema, pois sempre tinha apoio para trabalhar.

A conceituação de gestão defendida pelos gestores não apresentou unanimidade, a forma como cada profissional compreende a sua atuação e defende a sua proposta de trabalho, faz com que defina o processo de gestão. Todos afirmaram que o modelo de gestão adotado influencia diretamente as práticas inclusivas. Inclusive o discurso de um dos entrevistados afirma que é “de extrema importância para uma escola cidadã” (Entrevistado 2).

Sobre a questão da prática inclusiva dentro das escolas regulares três entrevistados afirmam que é boa e que os profissionais devem se capacitar. Apenas uma professora afirmou que “as práticas de inclusão não acontecem ainda dentro do ambiente escolar porque professores e comunidade escolar carregam consigo preconceitos e barreiras atitudinais, além de não nos interessarmos pelas deficiências que são postas em sala de aula...”

Na organização escolar que se quer democrática, em que a participação é um elemento inerente à consecução dos fins, em que se buscam e se desejam práticas coletivas e individuais baseadas em decisões tomadas e assumidas pelo coletivo escolar, exigem-se da equipe diretiva, que é parte do coletivo, liderança e vontade firme de coordenar, dirigir, o processo decisório como tal desdobramentos de execução. Liderança e firmeza no sentido de encaminhamento e viabilizar decisões com segurança, como elementos de competência pedagógica, ética e profissional para assegurar que decisões tomadas de forma participativa e respaldadas técnica, pedagógica e teoricamente sejam efetivamente cumpridas por todos (BUSSMANN,1995, p. 45).

Ao serem questionados como se sentem ao trabalhar com a educação inclusiva na escola os entrevistados, 2 e 4, afirmam que se sentem bem e o entrevistado 1 revelou que prefere e domina a surdez. Já o entrevistado 3 afirmou que tem dificuldade devido a falta de estrutura física e humana.

Ao analisar a participação da Secretaria Municipal de Educação quanto a Educação Inclusiva, todos afirmam que investe bastante, como bons olhos e de forma positiva, mesmo

aquele profissional que respondeu que havia falta de recursos humanos e a falta de estrutura física.

A entrevista revelou que do corpo gestor apenas um não trabalhou em salas de aula com alunos com necessidade educacionais especiais, todos revelaram que tiveram dificuldades para trabalhar até mesmo aqueles que receberam um auxiliar de turma.

Quanto à questão da proposta pedagógica da escola contemplar a Educação Inclusiva três dos entrevistados afirmaram que sim e um dos entrevistados afirmou que a escola tenta e como justificativa afirmou: “o aluno percebe algum preconceito, e rejeição da nossa parte e isso bloqueia também seu desenvolvimento em sala de aula.” Pode-se perceber que acontece uma generalização por parte do entrevistado, que considera que todo professor discrimina o aluno com necessidades especiais de aprendizagem.

É preciso entender o projeto político pedagógico da escola como uma reflexão do cotidiano. Para tanto ela precisa de um tempo razoável de reflexão e ação, para ter um mínimo necessário a sua consolidação (VEIGA, 1995, p.33).

Refletindo sobre a construção de um projeto pedagógico para a educação inclusiva ainda é bem tímido na escola, as ações acontecem para concretizar. Os profissionais apontaram como ponto positivo para se realizar um trabalho de educação inclusiva o fato de se tornarem mais humanos, a aceitação das diferenças, mais cidadania para a escola e a integração e a socialização das crianças. E assim apontaram para que o trabalho melhorasse nessa área é preciso algumas mudanças.

Segundo Serra (2008, p. 33):

Promover a inclusão de deficientes significa a mudança de postura e olhar sobre a deficiência, principalmente requer a reformulação do ensino para a conquista de uma educação de qualidade independentemente do aluno ser ou não uma pessoa com necessidades educacionais especiais.

As entrevistadas destacaram principalmente a formação e qualificação do profissional para atuar nesta realidade, bem como se enfatizou que são poucos os profissionais para trabalhar com os alunos especiais. Em nenhum momento os gestores relataram que precisam ter capacitação, mas apenas os docentes.

O que acontece na realidade escolar é que muitos professores são criticados pelos gestores quando não conseguem disciplinar o aluno especial e quando os alunos são especiais e são disciplinados e não causa tumulto na escola. Esse aluno fica como um “vaso” que enfeita a sala, pouco é a preocupação da gestão escolar para desenvolver o seu potencial.

As afirmativas foram positivas ao se falar sobre o apoio recebido por parte da Secretaria de Educação, com ênfase para a sala de atendimento especializado. Dois problemas são levados para a gestão municipal que é a falta de aceitação dos pais para os problemas do filho e a falta de profissionais capacitados.

4.2 O perfil do docente e os caminhos da inclusão na escola regular

Os docentes entrevistados atendem nas turmas do ensino fundamental todos são do sexo feminino, apresentam como formação em ciências, letras, pedagogia/ ciências, pedagogia e todas afirmam formação e especialização em educação inclusiva foram estudantes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Percebe-se que os profissionais passaram por uma boa formação e não ficaram apenas na graduação, todos possuem especialização e 25% dos entrevistados possuem mestrado como formação. A realidade aponta que os docentes possuem uma formação e preparação para atuar em sala de aula.

Quando os docentes foram questionados se participou de alguma formação continuada para trabalhar com as salas inclusivas. Todos os profissionais afirmaram que fizeram capacitações para atuar na educação inclusiva, sendo que 75% fizeram especialização em educação inclusiva e 100% fizeram cursos oferecidos pelo MEC.

As docentes afirmaram ter se aperfeiçoado em deficiência intelectual e Braille, outra se especializou em Atendimento Educacional Especializado (AEE), outra fez um curso pelo MEC e outra se especializou em Educação Inclusiva. Em uma análise geral as docentes possuem capacitação para atender as crianças com necessidades educacionais especiais.

Todas as docentes afirmaram que colocam em prática os conhecimentos adquiridos em formações sobre a educação especial na sala de aula com o intuito de melhorar sua prática.

Quando as docentes foram questionadas se estudaram sobre o processo de aprendizagem dos alunos especiais, 75% responderam negativamente e apenas 25% afirmou

que estudou em uma disciplina optativa Educação dos Excepcionais no curso de Letras. Esses dados revelam que a Educação Inclusiva nem sempre participou do processo de formação dos docentes.

Quando questionados sobre qual a proposta teórica e metodológica utilizada em sala de aula relataram: “várias teorias e metodologias, pois cada um é único, vou aperfeiçoando a medida que cada aluno consegue atingir o objetivo” (entrevistado 1), “Aspectos relacionados a vivência” (entrevistado 3). “Com tecnologias e muita prática” (Entrevistada 4).

As maiores dificuldades apresentadas pelos docentes para realizar o trabalho na sala de Atendimento Educacional Especializado é a questão da falta de parceria com a família, que não leva a criança para as aulas, e a sala não possui um local específico funciona de forma improvisada na biblioteca da escola.

As docentes foram questionadas se contam com a presença de uma pessoa para ajudar na sala de aula, apenas 25% das entrevistadas possuem ajudantes e 75% não dispõem de ajudante para colaborar no processo de inclusão escolar. Enfatizaram que acontece a disponibilização de materiais para trabalhar de forma suficiente para o desenvolvimento de seu trabalho.

Para registrar o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais não existe um acompanhamento padrão: um professor usa portfólio e parecer descritivo, outro usa fichas e relatórios. Já o outro não registra apenas relata oralmente com o professor do AEE, e o último por relatório de atividades.

Quanto aos aspectos físicos da acessibilidade a escola construiu apenas rampas, o banheiro e das portas das salas de aula apresentam falhas nesta questão, segundo os relatos dos docentes.

As docentes foram questionadas sobre a atuação da gestora na participação do desenvolvimento dos alunos especiais e as afirmativas foram positivas que participa, mas nas suas respostas comprovaram que o trabalho realizado é mais parecido com uma fiscalização, pois analisam as fichas de acompanhamento, as atividades que o professor realiza.

As docentes também revelaram que a Secretaria Municipal de Educação possui uma coordenação atuante. Esta por sua vez promove capacitações, acompanha as atividades,

apresenta sugestões, oferecendo subsídio e assegurando os direitos legais das crianças especiais.

Nos aspectos, quanto à relação com a gestora, todos afirmam que a gestora escuta e é bem atuante, ajudar a resolver os problemas do cotidiano.

Enfim, percebe-se que tanto os gestores, quanto os professores possuem teoricamente um embasamento e uma boa formação sobre a questão do processo de inclusão, o bom relacionamento entre a equipe pode concretizar realmente a inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse trabalho contribuiu de forma significativa para um maior conhecimento da realidade, limites e possibilidades que se colocam para a concretização da proposta de Educação Inclusiva defendida pela política educacional nos serviços de educação pública como um meio alternativo para garantia e consolidação de práticas de respeito à diversidade humana das pessoas com deficiência que constitui a realidade social brasileira.

Desta forma, foi possível tomar conhecimento da trajetória das lutas e conquistas sociais das classes pobres e que o preconceito e a discriminação social são os fatores que mais interferem na conquista dos direitos sociais para a democratização do acesso a educação pública com necessidades educacionais especiais, principalmente que nos dias atuais ainda na família estão presentes ações discriminatórias.

Ao refletir sobre a trajetória da História da Educação Inclusiva no país e a implementação do processo de inserção das crianças com necessidades educacionais especiais como uma forma de respeito a diversidade e de desenvolver um processo de ensino pautado no respeito mútuo as diferenças. Sendo assim uma alternativa para o acesso a qualidade dos serviços educacionais pelas pessoas com deficiência fica nas mãos da gestão das escolas e da ação educativa dos professores para desenvolver estratégias, ações e práticas de respeito à vida e deficiência como algo normal que pode afetar o cidadão.

Vale salientar que a inclusão só alcança a efetividade de, solucionar os problemas de discriminação, quando acontece através do diálogo e da disponibilização de um ambiente de

trabalho adequado para os profissionais da educação e capaz de satisfazer as necessidades de aprendizagens dos educandos sejam eles especiais ou não.

É possível compreender que apenas as leis de garantia a inclusão não consegue solucionar satisfatoriamente os problemas da exclusão no Brasil, é preciso uma política de educação que estabeleça critérios claros de como acolher, manter, desenvolver e avaliar estas crianças que possuem os direitos a cidadania como também devem ser capazes de reformular culturas e valores e que inibam a prática da violência nos ambientes escolares.

Nessa linha de discussão é interessante destacar que tudo depende de uma mudança de cultura dos atores envolvidos no processo, a concretização e reconstrução ética de valores e de respeito ao cidadão que merece receber um atendimento digno em qualquer unidade de escola pública no país, independente de ter ou não alguma necessidade educacional especial.

Aprimorar a inclusão em benefício da sociedade, contribuindo com a construção de cidadãos que desejam viver em um estado democrático de direito que respeite as diferenças, independentemente de sua classe social no qual a educação inclusiva se faz para todos dentro dos princípios de equidade e justiça social.

Sendo assim, à inclusão reflete um trabalho que precisa ser respeitado e encarado como a elevação da consciência de que todos precisam de oportunidades iguais para desenvolver suas potencialidades. E especialmente é um processo em construção dentro do contexto da escola pública e constata-se que o olhar e a participação dos gestores exercem influência direta na organização escolar em favor da democratização do espaço escolar, tornando a escola um lugar de todos.

A organização escolar propostas por gestores e professores, devem ser a negação da diferença, os estigmas, o protecionismo e a violação de direitos fundamentais necessários para mudanças de atitudes e medidas discriminatórias que comprometem o exercício da cidadania. Um ponto a se destacar nesse estudo é a falta de preparo das escolas públicas que não apresentam estrutura física para acolher os alunos deficientes e oferecer-lhes uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ulisses F. **A construção social e psicológica de valores**. Sammus, São Paulo, 2007.

BARRETTA, Emanuele Moura; CANAN, Silvia Regina. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva: avanços e recuos a partir dos documentos legais**, IX Seminário de pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

BRASIL. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Recursos Pedagógicos Acessíveis e Comunicação Aumentativa e Alternativa**. Brasília: MEC, Universidade Federal do Ceará, 2010

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBEN Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Decreto de Lei Nº 6.253**, de 13 de novembro de 2007

BUSSMANN, Antônia Carvalho. **O projeto político pedagógico e a gestão da escola**. In: Projeto político-pedagógico da escola uma construção possível. Ilma Passos Alencastro Veiga. Ed. 28, Papirus, São Paulo, 1995.

CASTANHO, Danilo Faccini. **A Gestão da Responsabilidade Social em Instituições de Ensino**. In. Nos bastidores da educação brasileira [recurso eletrônico] : A gestão vista por dentro. Sonia Simões Colombo. Artmed, Porto Alegre, 2010.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F. DE; TOSCHI; M.S **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 2ª ed. São Paulo: Cortez. 2005

.MANTOAN, Maria Tereza Eglér; PIETRO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar pontos e contrapontos**. Sammus, São Paulo, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Vozes, Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, Lucia Cleide; SANTOS, Marilane. **Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os avanços no Brasil após a declaração de Salamanca.** Revista de Católico. V.1, N.2, Uberlândia, 2009.

SÁ, Elizabete Dias de. **A educação inclusiva no Brasil: sonho ou realidade.** Revista Espaço Acadêmico. Ano II, N. 14, Junho, Belo Horizonte, 2002.

SERRA, Dayse. **Inclusão e ambiente escolar.** Ed. 2. Cortez. São Paulo, 2008.

SOUZA, Ricardo Ângelo de. **A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola.** Revista brasileira de educação. V.17, N. 49, jan./abr. Rio de Janeiro, 2012.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. **A educação escolar no contexto das tecnologias da informação e da comunicação: desafios e possibilidades para a prática pedagógica curricular.** Revista Faac, v. 1, n. 1, abr./set. Bauru, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Inclusão: Revista da Educação Especial.** V.5,n.1 out.2005
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf> Visitado em setembro 2014.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas.** 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

STARD, Jean. **Declaração de Salamanca: Princípios, política e prática em educação especial.** São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, SEESP, 2004. Disponível em:
<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000011730.pdf> Visitado em 14 de nov.2014

_____. **Decreto de Lei Nº 3.956,** de 08 de outubro de 2001.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, Moderna, 2003

GLAT, R.; BLANCO, L.de M. V. **Educação especial no contexto de uma educação inclusiva.** In: GLAT, R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 2007.

MACEDO. L. **Fundamentos para uma educação inclusiva.** São Paulo, 2007

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico: Uma Construção Possível**. São Paulo: Papirus. 1995.

MICHELS. M. H. **Gestão, formação docente e inclusão**: eixos da reforma curricular educacional brasileira que atribuem contornos a organização escolar. Revista Brasileira de Educação. V 11, n. 33, set/dez,2006.

SANTOS, Mônica Pereira & Paulino, Marcos Moreira. **Inclusão em educação: culturas, políticas e prática**. Ed 2. São Paulo: Cortez, 2008

APENDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada **A INCLUSÃO NA PERSPECTIVA DO GESTOR ESCOLAR DA CIDADE DE CAJAZEIRAS/ PB**, que faz parte do curso de pedagogia e é orientada pelo Prof.^a Nozângela M^a Rolim Dantas do Centro de Formação de Professores/CFP da Universidade Federal de Campina Grande/UFCG. O objetivo da pesquisa é Compreender de que forma os gestores desenvolvem suas atividades nas escolas públicas municipais da cidade de Cajazeiras/PB com relação às políticas inclusivas no contexto escolar. Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria da seguinte forma: responder ao questionário contendo perguntas que correspondem aos objetivos do trabalho. Informamos que não há riscos para sua saúde ou integridade física e psíquica, pois a pesquisa é apenas de caráter opinativo, conforme Res. 466/2012-CNS, item IV. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Não há benefícios diretos, apenas de caráter didático educacional para fins monográficos. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços: Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n - Casas Populares - Tel.: (83) 3532-2000 CEP: 58900-000 – Cajazeiras-PB. E-mails: nozangela@yahoo.com.br

Cristinafacu98@gmail.com

_____ Data: ____/____/____

Nome e assinatura do(a) estudante

_____ Data: ____/____/____ Nome e
assinatura do(a) orientador(a) da pesquisa

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES**ROTEIRO DE ENTREVISTA****DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Sexo () F () M

Escolarização _____ Graduação _____

Há quantos anos você está lecionando? _____

Em que tipo de instituição você fez o curso superior? _____

01- Você participou de alguma atividade de formação continuada para trabalhar com salas inclusivas?

02- Você utiliza os conhecimentos adquiridos nas atividades de formação continuada para a melhoria de sua prática em sala de aula?

03- Na sua formação inicial teve alguma(s) disciplina(s) que preparasse para a intervenção com alunos com necessidades educativas especiais?

04- Qual proposta teórica e metodológica você utiliza em sua sala de aula?

05- Quais as principais dificuldades que você encontra para ensinar na sala de AEE?

06- Tem uma pessoa que lhe auxilia na sala de aula, tipo ajudante?

07- A escola disponibiliza de materiais didáticos e tecnológicos suficientes?

08- Como você acompanha e registra o desenvolvimento de seu aluno?

09- A escola apresenta acessibilidade para todos? De que forma?

10- A gestora escolar participa de tudo que acontece na escola? E de que forma ela desempenha suas atividades com alunos com necessidades educativas especiais?

11- Na sua opinião a Secretaria de Educação desenvolve um bom trabalho com relação a essas inclusões? Na sua opinião o que precisa melhorar?

12- Como é a sua relação com a gestora escolar?

QUESTIONÁRIO PARA GESTORES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS SÓCIO- DEMOGRÁFICO

- Idade_____ sexo_____ tempo de profissão_____

- Quanto tempo trabalha como gestor? _____

- É funcionário: () efetivo () contratado

- Você trabalha em mais de uma escola, como: () gestor () professor

() professor () funcionário outros? _____

- Religião: _____

- Formação escolar: _____

01- Você teve alguma disciplina voltada para inclusão na sua graduação?

() NÃO () SIM QUAL? _____

**02- Com que frequência são ministrados os cursos de formação para gestores no município?
Qual?**

03- Sob seu ponto de vista, qual a importância da formação continuada para gestores?

04- Sob seu ponto de vista, qual a importância da formação continuada para os professores?

05- Quais os principais problemas que você enfrenta com gestor escolar?

06- Qual o tipo de gestão adotada na escola que você trabalha?

07- Na sua opinião, o tipo de gestão adotada na escola influencia diretamente as práticas inclusivas?

08- Qual a sua opinião sobre a prática inclusiva dentro das escolas regulares?

09- Como você se sente ao trabalhar com a educação inclusiva na escola?

10- Como você vê a atuação da Secretária de Educação com relação à educação inclusiva?

11- Já atuou em classes com alunos com deficiência? Como foi essa experiência para você?

12- Na sua opinião a Proposta Pedagógica da escola contempla ações de inclusão?

13- Quais os pontos positivos para se trabalhar com educação inclusiva na escola?

14- Quais os pontos que precisam ser melhorados ao se trabalhar com educação inclusiva na escola?

15- Você tem o apoio da Secretária de Educação com relação à educação inclusiva na escola?

16- Quais os principais problemas que você leva para a Secretária de Educação com relação à educação inclusiva na escola?

17- Você tem conhecimento do que acontece na sala de AEE?

18- Na sua opinião, como os professores de sua escola percebem a educação inclusiva?
